

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Solicita informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre os custos anuais com o pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, demando que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que este providencie, dentro do prazo constitucional, respostas às informações abaixo solicitadas:

- Qual o valor atual do estoque de dívida interna do governo brasileiro?
- Qual o valor anual de juros real pago pelo Governo aos detentores dos títulos que compõem o estoque de dívida interna?
- Qual o valor anual de juros nominal pago pelo Governo aos detentores dos títulos que compõem o estoque de dívida interna?
- Qual o valor anual de juros nominal e juros real pago pelo Governo aos detentores dos títulos que compõem o estoque de dívida interna?
- Do valor representado pela GND 6 – Amortização/refinanciamento da dívida - previsto no orçamento federal, o que corresponde à atualização monetária da dívida?
- O que compõe o valor previsto no orçamento federal representado pela GND 2 - Juros e encargos da dívida? Qual o valor anual foi gasto para cobrir cada item que compõe o valor representado pela GND 2 nos últimos 10 anos?
- O que compõe o valor previsto no orçamento federal representado pela GND 6 – Amortização/refinanciamento da dívida? Qual o valor anual foi



SF/15075.53166-26

gasto para cobrir cada item que compõe o valor representado pela GND 6 nos últimos 10 anos?

→ Do valor atual do estoque de dívida, o que corresponde à dívida interna e o que corresponde à dívida externa?

J U S T I F I C A Ç ã O

O relatório, Estatísticas Tributárias na América Latina e no Caribe 1990-2013, produzido conjuntamente pelo Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Centro de Desenvolvimento da OCDE, lançado durante o XXVII Seminário Regional de Política Fiscal, realizado na sede da CEPAL em Santiago, Chile, em março de 2015, revela que o índice médio das receitas fiscais nos 20 países da América Latina e do Caribe abrangidos pelo relatório foi de 21,3% como proporção do PIB em 2013, 0,1 ponto percentual acima do índice em 2012.

O estudo revelou também que existem muitas variações nacionais nos diversos países da América Latina e Caribe - ALC. Em 2013, a carga fiscal como proporção do PIB para os 20 países da ALC incluídos no relatório variavam entre o valor do Brasil (35,7%), que é superior à média da OCDE, e o da Argentina (31,2%), até 14% na República Dominicana e 13% na Guatemala.

O site *MoneYou*, em parceria com a *Infinity Asset Management*, elaborou o Ranking Mundial de juros reais comparando as taxas praticadas em 40 países do mundo, classificando-os conforme as taxas de juros nominais determinadas pelos respectivos bancos centrais.

Considerando as taxas de juros nominais, o ranking consolidado mostra o Brasil ocupando o 3º lugar com taxa de juros de 14,25%, ultrapassado apenas por Argentina e Venezuela.

De acordo com o mencionado estudo, descontada a inflação dos últimos 12 meses, a taxa de juros reais no Brasil está em 4,92%. É a maior do mundo.

Com relação à taxa de investimentos do Brasil, se comparada à de outros países, é baixa.



Comparando a taxa de investimentos do Brasil ao grupo de emergentes que inclui Brasil, Rússia, Índia e China A China – Brics - temos o seguinte cenário: China 49%, Índia 33%, Rússia 23%, África do Sul 20% e Brasil 18% (percentual que deverá recuar para 17% em 2015).

Está, portanto, desenhado um quadro caótico: Elevada carga tributária, elevada taxa de juros e baixo investimento.

Observando o quadro caótico da economia brasileira, chama a atenção o custo da política de gestão da dívida pública, que pressionada pelo aumento das taxas de juros, consome fatia significativa dos recursos do orçamento da União que poderia ser destinada ao investimento, e se torna um fator impeditivo para a redução da carga tributária.

De acordo com dados coletados no Portal Siga Brasil do Senado Federal, até o dia 10/08/2015 o Governo Federal destinou R\$ 645 bilhões do orçamento para o pagamento de juros, amortização e refinanciamento da dívida pública. Em 2014, o valor foi de R\$ 979 bilhões.

Para 2015, com a sequência de aumentos da taxa de juros, o custo do pagamento de juros, amortização e refinanciamento da dívida pública deverá atingir valor acima de R\$ 1 trilhão, o que representa mais de 40% do orçamento da União.

Com o objetivo de conhecer detalhadamente o custo da dívida pública, especialmente o que corresponde ao pagamento de juros reais e o que corresponde à atualização monetária da dívida.

Os parlamentares e a população brasileira precisam conhecer com profundidade os mecanismos de gestão da dívida pública. É imperioso reconhecer que não é razoável comprometer mais de 40% do orçamento anual do Governo Federal com o pagamento de juros, amortização e refinanciamento de dívida.

Conto, portanto, com o apoio dos pares para a aprovação do presente requerimento de informações.

Sala da Sessão,

SENADOR ALVARO DIAS